



OS DOIS AMORES E AS DUAS CIDADES EM SANTO AGOSTINHO

THE TWO LOVES AND THE TWO CITIES IN SANTO AGOSTINHO

Marcio de Lima Pacheco e Francisco Romário de Queiroz Silva

Resumo: Considerando a relevância da temática do amor nos estudos filosóficos, bem como a pertinência que os escritos de Santo Agostinho ocupam no campo de pesquisa da filosofia. Outrossim, considerando ainda que, a mesma temática é considerável na filosofia agostiniana, objetiva-se neste trabalho apresentar uma síntese acerca do pensamento agostiniano concernente à temática dos dois amores e das cidades no pensamento do Doutor de *Hippo*. Para tanto, procedeu-se à uma seleção dos principais textos do Santo Doutor acerca do assunto em questão, bem como pesquisadores e estudiosos de Santo Agostinho, como Gilson (2010), Trapé (2018), Brown (2020) entre outros. Assim, observou-se que o amor é o aspecto classificatório dos atos humanos, bem como o fator motivacional de toda ação do homem, o que leva o Filósofo de Hipona a dividir a humanidade em dois grandes grupos ou sociedades, reunidos em torno de duas espécies de amor: o amor a Deus (ou amor social) e o amor a si mesmo (ou amor privado).

Palavras-chave: Amor. Agostinho. Cidades. Vontade

Abstract: Considering the relevance of the theme of love in philosophical studies, as well as the pertinence that the writings of St. Augustine occupy in the research field of philosophy. Also, considering that the same theme is considerable in Augustinian philosophy, the objective of this work is to present a synthesis about the Augustinian thought concerning the theme of the two loves and cities in the thought of the Doctor of Hippo. To this end, a selection was made of the main texts of the Holy Doctor on the subject in question, as well as researchers and scholars of Saint

Augustine, such as Gilson (2010), Trapé (2018), Brown (2020) among others. Thus, it was observed that love is the classifying aspect of human acts, as well as the motivational factor of all human action, which leads the Philosopher of Hippo to divide humanity into two large groups or societies, gathered around two kinds of love: the love of God (or social love) and the love of oneself (or private love).

Keywords: Love. Augustine. Cities. Willing

1. INTRODUÇÃO

A temática do amor tem sido objeto de constantes discussões e análises por parte do homem no decorrer da história. Desde a Grécia Clássica, perpassando a tradição filosófica e literária, o amor foi tratado sobre múltiplos aspectos, a começar por Hesíodo que o considerava como motor móvel cosmos.

A isso acrescenta-se o tratamento desta temática em *O Banquete*, de Platão, primeiro tratado filosófico sobre o amor. Não obstante, este assunto também esteve presente na literatura bíblica e, com o advento do cristianismo, este tema adquiriu novo destaque nos escritos do Antigo Testamento.

No que se refere a Santo Agostinho, há que se observar que ele não foi um filósofo de sistema, tal qual hoje se concebe, de modo que ele não possui uma obra específica na qual tenha dissertado de maneira uniforme e sistemática sobre e somente o amor, a tal ponto que suas discussões acerca do tema citado estão disseminadas em várias de suas obras. Nesta perspectiva, a leitura conjunta de tais obras é necessária ao leitor quando se tenta definir a noção de amor na perspectiva do Santo. Por esta razão embora a obra na qual emerge a teoria dos dois amores e das duas cidades seja *A cidade de Deus* (2012), não deixar-se-á de se remeter a outros textos que tratam do assunto em questão.

Para o Filósofo, o homem é movido essencialmente por seu amor, pelo que o sujeito se identifica com o objeto amado, a ponto de ele afirmar que o homem é aquilo que ele ama. Em *A cidade de Deus* (2012), o amor é o princípio classificatório da sociedade humana, dividindo os homens entre aqueles que amam somente a si mesmos e aqueles que amam o próximo e a Deus. O amor direcionado somente a si é sinônimo de egoísmo e, conseqüentemente, exclusão dos demais do convívio e da comunhão consigo mesmo. Por sua vez, o amor direcionado ao próximo é o amor ordenado, cultiva a comunhão e a unidade com os demais. Ao mesmo tempo, amar o próximo ordenadamente é, para Santo Agostinho, amar também a Deus. O homem que ama ordenadamente,

passa por um processo de conversão: do mundo em direção ao próprio amor, perpassando a escala do sensível ao inteligível. Esse amor identifica de tal modo o amante com o amado que faz de ambos uma só realidade, ocorrendo assim o processo de unificação entre o sujeito e objeto de seu amor. Por sua vez, os homens reunidos em torno de uma e da outra espécie de amores formam duas sociedades, de modo que toda a humanidade está, na visão de Santo Agostinho, dividida em duas cidades: A Cidade de Deus (ou cidade celeste) e a Cidade dos homens (ou cidade terrestre), tendo como fundamento os dois amores. A Cidade dos homens está fundada sobre o amor individual, e a Cidade de Deus sobre o amor coletivo/social.

No que se refere às técnicas ou métodos de procedimento, será feito uso da pesquisa documental e bibliográfica. Assim, num primeiro momento, faz-se necessário uma pesquisa e seleção das obras do Hiponense em que o mesmo trata sobre a temática do amor. Por certo, como acima já se afirmou, o Filósofo de Hipona não era um escritor de sistema tal como hoje se entende, de modo que ele elege uma obra na qual trataria de um tema específico. Neste ínterim, procedeu-se a uma seleção das principais obras na qual ele disserta sobre a temática do amor além da já elencada *A cidade de Deus* (2012), quais sejam *Confissões* (2015), *A Trindade* (1995), *A doutrina cristã* (2002), *Comentário Literal ao Gênesis* (2005) e o *Comentário sobre o Evangelho de São João* (2017). Não obstante, também buscou-se elencar alguns pesquisadores que estudaram e sintetizaram o pensamento do Padre, tais como Arendt (1929), Brachtendorf (2020), Gilson (2010), Maschio (2015), Trapé (2018) e outros.

2. OS AMORES E AS CIDADES EM SANTO AGOSTINHO

2.1 OS DOIS AMORES E AS DUAS CIDADES EM SANTO AGOSTINHO

O amor sempre foi objeto de estudo da filosofia e da literatura. Dado ser um sentimento profundo que emerge do mais interior do homem, ao mesmo tempo constituindo-se de uma força tal que o impulsiona a praticar os mais diversos atos em busca de satisfazer o desejo amante, compreender a natureza do amor era fator relevante na visão dos filósofos para compreender o próprio homem.

Por essa razão é que Schonarth e Gai (2015, p. 166) apontam que muito embora o amor seja “temática constante na Literatura, cuja função, muitas vezes, é tratar de assuntos que possibilitem ao leitor um meio de identificação, um veículo de aperfeiçoamento humano”, o amor foi, antes de tudo, um objeto de interesse dos filósofos que, a partir dele, tentavam explicar não somente as relações humanas, mas o próprio homem como tal:

Muito antes de ser desenvolvido nas narrativas literárias, perpassando a matéria romanesca, o amor já era abordado em reflexões filosóficas, em questionamentos acerca da origem do mundo, dos elementos essenciais da vida e do comportamento do humano. Constitui-se, assim, uma temática universal, na medida em que nascem dela todas as fontes de emoções e de conflitos do homem que (SCHONARTH E GAI, 2015, p. 166)

Na mitologia grega, o amor era entendido como uma força que move os corpos. E Hesíodo é considerado por Aristóteles o primeiro a propor o amor como motor móvel do cosmos. Pelo que se percebe que no que se refere a essa temática, a literatura e a filosofia sempre estiveram em constante diálogo.

Por sua vez, quando abordamos esse assunto pela visão agostiniana, percebe-se aí o contato entre a Filosofia e a Teologia. Com efeito, Santo Agostinho nunca separou essas duas áreas. Para ele, o cristianismo é a verdadeira filosofia. Trata-se de um filósofo que direcionou todos os seus esforços e seu grandioso arcabouço mental em compreender Deus e a alma humana. A filosofia com suas categorias de análise, seus sistemas teóricos e a metafísica era um meio de perscrutar os mistérios das Sagradas Escrituras. É o que se chama de filosofar na fé, ou seja, compreender racionalmente os dados da Revelação.

Portanto, em alguns momentos este discurso tocará em temas estritamente teológicos tais como o laço místico-unitivo da alma/homem com Deus pelo amor, a identificação de Deus com a Verdade ontológica, o amor ao próximo como imagem e manifestação direta do amor divino e, por isso mesmo, presença espiritual do Deus bíblico-cristão. Tal inserção de um discurso por vezes teológico dentro de um discurso filosófico se dá pelo fato de não poder separar-se o que o próprio Agostinho nunca separou. Como bem comentam Oliveira e Dias (2018, p. 110), “esta doutrina do amor unifica aquilo que, hoje, dividimos em Filosofia e Teologia”.

Acrescente-se que a noção de amor “ocupa lugar central em seu sistema filosófico-teológico. Ademais, na maioria de suas obras este problema é analisado e discutido” (SILVA; FIGUEIREDO, 2021, p. 32). Ele é chave de leitura não apenas para compreender sua teologia, mas igualmente sua filosofia e, sobretudo, sua doutrina ética-moral: “O amor é um tema recorrente em Agostinho, é usado para solucionar vários problemas, desde a vivência moral, passando pela esfera política e religiosa, até chegar na expressão da face divina. Portanto, é através do amor que Agostinho constrói e funda seu pensamento (OLIVEIRA; DIAS, 2018, p. 110).

Por certo, toda a análise antropológica do bispo de Hipona gira em torno de dois princípios fundamentais, quais sejam, a vontade e o amor. Não é errado dizer que a ética agostiniana está

fundada sob o prisma do amor. Neste sentido, vale a pena estudar de que modo esta temática é um critério sólido na classificação/avaliação dos atos humanos, dado que este trabalho analisará também o comportamento e as relações de personagens entre si, o que envolve a ética e a moral.

2.1.1 O amor como critério de explicação dos atos humanos

A ética agostiniana baseia-se na análise dos afetos humanos. Assim como os gregos, Agostinho compreende que todas as ações humanas são motivadas por uma das quatro paixões fundamentais já elencadas pelos pensadores da Grécia. São elas: o desejo (*cupiditas*), a alegria (*laetitia*), o medo (*metus*) e a tristeza (*tristitia*) (GILSON, 2010, p. 252). Pelo que é correto dizer que o ato do sujeito será tal qual paixão que o motiva. Essas paixões, por outro lado, são apenas um modo de variação do amor.

Seguindo este raciocínio, Trapè (2018, p. 435) argumenta que o amor é o princípio de qualificação dos atos humanos. Ora, para Santo Agostinho, como se verá mais a frente, existem duas espécies de amor: o ordenado e o desordenado, ou em outros termos, virtuoso e vicioso, social e privado e etc. Assim, o homem será justo se seu amor for ordenado e vice-versa: “Também o vício é amor, mas amor desordenado. Por isso, não o conhecimento, mas *o amor qualifica os homens* moralmente; esses são bons ou maus, justos ou injustos não por aquilo que conhecem, mas por aquilo que amam” (TRAPÈ, 2018, p. 435, grifo nosso).

Comentando o *Tratado sobre a Trindade*, Oliveira (1995, p. 622), explica que “para Agostinho, a lei psicológica que explica todos os movimentos da alma é o amor”. Sempre que o homem realiza alguma ação, ele o faz motivado pelo amor que nutre. Assim, todos os movimentos do homem se explicam por uma das quatro variações do amor já elencadas acima. Se o sujeito busca algo, ele o faz porque o deseja; se repele algum objeto ou realidade é porque lhe causa medo e repulsa; se deseja permanecer ao lado do objeto é porque com ele se alegra; se deseja apartar-se é porque o objeto lhe causa tristeza e assim deseja fugir daquilo que não lhe alegra.

Portanto, o amor torna-se o fundamento e a motivação de todos os movimentos da alma humana. Entretanto, se esse amor é o impulso para a realização destes movimentos, é preciso que haja uma faculdade na alma responsável pela realização dos mesmos, que o bispo de Hipona afirmará ser a vontade. Esta é a faculdade da alma responsável por todo o movimento que o sujeito efetua, como ele explica em *O espírito e a letra*:

Considerando a evolução dos termos, “vontade” (*voluntas*) deriva de “querer” (*velle*), enquanto o “poder” está ligado a “poder” (posse). Assim o que quer tem vontade, e o que pode tem poder. *Mas, para que o poder realize alguma coisa, necessita do concurso da vontade.* Pois não se costuma afirmar que alguém fez algo pelo seu poder, se o fez involuntariamente. Se nos aprofundarmos nesta pesquisa, vamos descobrir que mesmo quando se é obrigado a realizar algo, portanto, contra a vontade, se o faz, fá-lo pela vontade (SANTO AGOSTINHO, 1998, p. 80, grifo nosso).

Por seu turno, em seu *Comentário ao Evangelho de São João (Tomo I)*, o Doutor de *Hippo* salienta que a vontade é o movimento do coração. O poder de decisão do homem está em sua vontade que, motivada pelos afetos, induz o homem a seguir o caminho desejado. É correto afirmar que o homem decide por sua vontade: “Não é pelo movimento do corpo que nós nos aproximamos de Cristo, é pela vontade do coração” (SANTO AGOSTINHO, 2017, p. 484).

A vontade é sua própria causa eficiente, de modo que não se há de buscar uma causa para a vontade que reside no homem. Ela é sua própria causa eficiente, pois ela é a fonte de toda a decisão e de todo movimento do ser. O querer do homem está na sua vontade, pelo que se pode afirmar juntamente com Gilson (2010) que a vontade é o próprio homem. Sendo ela – a vontade – a faculdade de decisão e, estando tão intrinsecamente ligada à própria essência do ser humano, de modo que quando ela quer algo é o ser humano inteiro que o quer, o homem é tal qual sua vontade: “estando todas as operações da alma sob a dependência de nossas determinações voluntárias, é verdadeiro dizer que a vontade é o homem” (GILSON, 2010, p. 256). Pelo que se conclui que os homens se diferenciam uns dos outros pela vontade, tese sustentada por Peter Brown (2020, p. 210) em sua análise da conversão de Agostinho no jardim de Milão: “os homens diferiam uns dos outros precisamente porque sua vontade se diferenciava [...]”.

Neste sentido, se o homem é sua própria vontade, ele será justo ou injusto se ela também o for. Por esta razão é que o Doutor da Graça, em vistas a explicar os atos humanos, sempre recorre a buscar a motivação que levou o sujeito a tal prática, isto é, à investigação de sua vontade. A título de exemplo, comentando a narrativa de Adão e Eva, ele dissertará que a motivação do primitivo casal em comer a fruta está no desejo de serem iguais a Deus e por isso serem autossuficientes. Em outras palavras, a motivação reside num amor tão somente a si próprio, aspirando à própria independência com relação a qualquer outro ser.

Assim, se a vontade é a faculdade responsável por todos os movimentos do homem e, se o amor explica todos os movimentos da alma, há então uma inter-relação entre a vontade e o amor, de

modo que o discurso a respeito de um implica a menção do outro. Em seus escritos, Santo Agostinho nunca separa sua doutrina da vontade e a do amor. Os dois são sempre um elo entre o sujeito que deseja e o objeto desejado. Em *A Trindade*, ele explica que a vontade é fundamentalmente um desejo:

Quanto ao desejo que inspira a busca, ele procede daquele que procura, mas não encontra repouso senão quando o objeto de sua busca é achado e se uniu àquele que procurava. Ainda que esse desejo, essa busca, pareça não ser amor (pois o amor faz amar o que já se conhece e aqui não se trata senão de tendência a conhecer), todavia é alguma coisa do mesmo gênero. Pode-se, porém, já chamá-lo de vontade, pois todo aquele que busca quer encontrar e se o objeto da busca diz respeito ao conhecimento todo aquele que procura quer conhecer (SANTO AGOSTINHO, 1995, p. 307-308).

Na mesma obra, ele precisa que todo desejo intenso é amor quando o objeto é conhecido, pois amar nada mais é que desejar alguma coisa intensamente, de modo a impulsionar a vontade a aderir ao objeto amado. Pode-se, então, concluir que quando Agostinho fala da vontade, ele também está falando do amor e vice-versa: “quando Agostinho trata do amor, antes de tudo o encara como fruto da vontade humana, que não passa de um movimento interno, uma constante busca, ou desejo, de algum bem” (OLIVEIRA; DIAS, 2018, p. 104).

É neste sentido que Gilson (2010) explica que o amor é o motor íntimo da vontade. Amor e vontade estão sempre juntos, sendo o primeiro o impulso motor que impulsiona a vontade a aderir a um dado objeto. O amor pode ainda ser visto como a inquietude do coração, tal como o Filósofo postula na primeira página de suas *Confissões*, um desejo incessante que estimula o indivíduo a agitar-se até encontrar o repouso no objeto amado.

Outrossim, o Doutor da Graça concebe ainda o amor como um peso que estimula o sujeito amante a buscar o repouso no objeto amado. Por certo, a física aristotélica sustentava que cada objeto possuía seu próprio peso, de modo que esse peso é o fundamento da ordem na visão de Aristóteles: “segundo a física grega, especialmente a de Aristóteles, cada corpo arrebatado, por um tipo de peso natural, em direção a um lugar determinado do universo” (GILSON, 2010, p. 256). Um universo em que as coisas não teriam seus pesos seria um universo inerte. O peso é o fator que faz com que o óleo sempre fique acima da água e não ao contrário. Assim, cada coisa, postula Aristóteles, se retirada de seu devido lugar, agita-se até encontrar o repouso em seu *locus* próprio.

Inspirado nessa teoria, Agostinho desenvolve um axioma análogo quanto ao amor. Este age no homem como o peso age nos corpos. Aqui, vê-se ainda mais precisada a ideia do amor como motor

íntimo. Ele é o estímulo do homem em direção ao objeto desejado. É um desejo inquietante que agita o coração humano até encontrar o seu repouso/descanso na posse do amado, e isso é a felicidade, isto é, a beatitude.

Com efeito, logo na primeira página de suas *Confissões*, Santo Agostinho postula que o coração do homem vive inquieto enquanto não encontra seu repouso em Deus. Frase célebre que se tornou marca do cristianismo e que ganhou bastante notoriedade a ponto de ser a marca registrada do agostinianismo. Não obstante, nas últimas páginas da mesma obra, ele declara que seu amor é seu peso, para qualquer parte que vá é o amor que o leva (SANTO AGOSTINHO, 2015, p. 364). Em suma, o amor é a inquietude do coração pelo desejo do objeto amado, é o fator estimulante de todos os atos da vontade.

Por seu turno, se a vontade é o homem e, se amor e vontade estão unidos de tal maneira que um implica a presença do outro, de modo que entender o amor é compreender a motivação mesma da vontade; então, entender o amor é entender o próprio homem ou, em outras palavras, o amor é o princípio qualificador do homem. É por meio dele que os atos humanos são julgados justos ou não na filosofia agostiniana.

Homem e amor estão então implicados um no outro. Não se estaria errado em afirmar que a antropologia agostiniana é uma antropologia do amor. Ele é a razão subjacente de toda escolha do indivíduo por este ou aquele objeto. Razão pela qual Agostinho elucida que o homem é aquilo que ele ama. Esse axioma é a tese central de toda a ética agostiniana. O amor não classifica somente os atos, ele qualifica o próprio sujeito. Se o amor for egoísta, o próprio homem também o será; se o amor for fraterno, igualmente será o amante.

Do sujeito individual, essa tese passa à própria sociedade. Para Santo Agostinho, uma sociedade é um conjunto de pessoas unidas por algum fator que constitui o fundamento dessa unidade. Esse fundamento é algo que enlaça todos os indivíduos que buscam conjuntamente o mesmo fim. Esse fundamento é o amor. Se de um lado, pois, o homem é tal qual seu amor e, se todos os homens que buscam o mesmo ideal formam uma sociedade que se fundamenta no amor de todos por aquele determinado fim, é correto afirmar que essa mesma sociedade se funda no amor. Essa é a grande tese de Agostinho.

Como se viu acima, há para Agostinho duas espécies de amor: o ordenado e o desordenado, o caridoso e o egoísta. Conseqüentemente, toda a humanidade divide-se então em duas grandes sociedades ou cidades, fundadas sob uma ou outra dessas duas categorias do amor, e o modo de diferenciá-las uma da outra é através do que elas amam:

O conjunto dos homens que vivem numa cidade se denomina povo. Se dermos, portanto, o nome de cidade a todo conjunto de homens unidos por seu amor a um objeto comum, saberemos o que é um povo: um povo é a associação de uma multidão de seres racionais, associados pela vontade e posse comuns do que eles amam. [...]. O que dissemos sobre os homens deve, portanto, também ser dito sobre os povos. Os homens, diríamos, são suas vontades, ou seja, seus amores. Também é possível dizer tal amor, tal povo, pois se o amor é o elo constitutivo da cidade, ou seja, da sociedade, *basta saber o que um povo ama para saber o que ele é* (GILSON 2010, p. 328-329, grifo nosso).

O amor torna-se o sustentáculo que fundamenta e, por assim dizer, dá unidade a uma sociedade. Portanto, já se percebe que o amor é como que o elo e princípio estabilizador de uma sociedade. “É o fundamento ontológico da ordem social. Sendo ele ordenado, a sociedade é estável; sendo ele desordenado, a sociedade vive no caos e na guerra (SILVA; FIGUEIREDO, 2021, p. 459). Faz-se mister, portanto, investigar como o amor se relaciona com o conceito de ordem no agostinianismo e como ele pode ser concebido como o princípio ontológico de uma sociedade, antes de adentrar na teoria agostiniana das duas cidades.

2.1.2 Amor e ordem em Santo Agostinho

Vimos que a vontade é a faculdade da alma responsável por todo movimento do homem, pelo que se pode dizer que o homem é tal qual sua vontade. Outrossim, também se observou que, para o bispo de Hipona, o amor é o motor móvel desta vontade, de modo que um e outro se identificam. E, se explicar o amor equivale a explicar a vontade, pois ele é a motivação e o impulso motor dela, em consequência, o homem será tal qual for seu amor, pelo que entender o amor é entender o sujeito amante. Não obstante, há que se entender ainda que o conceito de amor está estritamente relacionado ao conceito de ordem.

O universo agostiniano é sistematicamente hierarquizado. Assim, cada criatura que compõe o cosmos possui seu grau e lugar na grande escala de bens que tem Deus por último degrau e fundamento de todo universo criado. Ele é o cume da perfeição e o Sumo Bem. Nesta perspectiva, o bem maior ao qual o homem deve amar mais perfeita e dedicadamente é Deus, seguido do amor ao próximo que, assim como ensina a regra evangélica, deve ser amado tal qual o próprio sujeito. O reto amor a si mesmo tem sua própria fonte em Deus, de modo que quem ama a Deus ama também a si de um modo ordenado, pois se reconhece como criatura de

Deus, como Agostinho pontua em seu *Comentário ao Evangelho de São João (tomo III)*: “aquele que se ama a si e não a Deus, não se ama; e aquele que ama a Deus e não a si, ama-se” (SANTO AGOSTINHO, 2017, p. 160). Deste modo, o homem que se reconhece como criatura de Deus, ama a si mesmo pois se reconhece como um ser criado bom, à semelhança de seu artífice, mas, ama seu criador de um modo ainda mais intenso e incomparável pois o reconhece como seu fim e seu repouso:

O amor a Deus não diminui o amor a si mesmo, antes lhe dá seu próprio fundamento, pois se as coisas podem ser usadas para aproximar o homem de Deus, o amor ao outro é o conhecimento mesmo de Deus e a presença de Deus entre suas criaturas. Pois quem ama, ama com amor e, no amor, está o próprio Deus. Outrossim, amar o outro não é renegar-se ou aniquilar-se. Quando Agostinho fala do “amor a Deus, levado ao desprezo de si próprio” não alude com isso que o homem não deva amar-se ou que se considere um miserável. Agostinho convida o homem a perceber, como afirma Gilson (2010), que possuir a Deus pressupõe não carecer de mais nada; quando se fala de Deus não há como amá-lo com igualdade, aí reside a desigualdade, pois ninguém o iguala. A ele deve ser votado o amor total. Esse amor nenhuma criatura merece no mesmo grau (SILVA; FIGUEIREDO, 2021, p. 458-459).

Para o Filósofo, o cosmos se compõe de duas espécies de coisas, as que devem ser amadas por elas mesmas e por isso são por si mesmas buscadas e são um fim em si mesmas para aqueles que as buscam, encontrando nelas sua felicidade perfeita; e as coisas que são utilizadas – e às vezes amadas, como é o caso do próximo – em vista a alcançar a primeira classe de coisas. Em *A doutrina cristã*, Santo Agostinho apresenta esta doutrina, que ele denomina de “fruir e utilizar”:

Entre as coisas, há algumas para serem fruídas, outras para serem utilizadas e outras ainda para os homens fruí-las e utilizá-las. As que são objeto de fruição fazem-nos felizes. As de utilização ajudam-nos a tender à felicidade e servem de apoio para chegarmos às que nos tornam felizes e nos permitem aderir melhor a elas (SANTO AGOSTINHO, 2002, p. 34).

O único ser que deve ser amado por ele mesmo como fim último é Deus, cuja posse é possuir a Verdade e o próprio amor em pessoa. O próximo, isto é, as demais pessoas também devem ser amadas, pois são criaturas de Deus e nossos semelhantes. Ao mesmo tempo são objeto de utilização para se chegar até Deus, não no sentido de uma instrumentalização ou coisificação do outro, mas na perspectiva do amor fraterno. Pois, se segundo as Escrituras,

“Deus é amor” (1 JOÃO, 4,16), ao amar o outro, o homem encontra o próprio amor, ou seja, a própria presença de Deus no homem. Neste sentido, amar o próximo é uma escada que conduz o homem ao conhecimento de Deus e ao próprio Deus:

Portanto, quando amamos o irmão com amor, amamos o irmão em Deus, e é impossível não amar o Amor que nos impele ao amor do irmão. Daí se conclui que aqueles dois preceitos não podem existir um sem o outro. Se *Deus é Amor*, Deus ama deveras quem ama o amor. E necessariamente ama o Amor quem ama o próximo. Por isso, um pouco adiante, o apóstolo acrescenta: Quem não ama seu irmão a quem vê, a Deus, que não vê, não poderá amar (1Jo, 4,20). E o motivo de não ver a Deus é a falta de amor ao irmão. Quem, pois, não ama o irmão, não está no amor, e quem não está no amor não está em Deus, porque *Deus é Amor* (SANTO AGOSTINHO, 1995, p. 281).

Essa ordem constitutiva do amor exige do homem que ele avalie as coisas de modo a amá-las de acordo com seu grau na hierarquia do universo. Essa avaliação é o pressuposto para que o amor seja ordenado: “Vive justa e santamente quem é perfeito avaliador das coisas. E quem as estima exatamente mantém amor ordenado” (SANTO AGOSTINHO, 2002, p. 46).

Portanto, pode-se resumir a doutrina agostiniana do “fruir e utilizar”, pontuando que Santo Agostinho

considera que o indivíduo deve amar a si próprio e aos demais homens, bem como todo o resto da criação. Contudo, esse amor deve obedecer a uma ordem, de modo que não ame em excesso o que deve ser amado menos e ame pouco o que deve ser amado mais. Amar a Deus e amar a si próprio não são em si mesmos princípios contrários. O amor a Deus pressupõe um amor a si mesmo, pelo fato de constituir-se um ser criado por Deus, e por isso, criado bom. Para Santo Agostinho, sendo Deus o Sumo Bem, ele só pode criar coisas boas. Logo, se todas as coisas são obras de Deus, todas as criaturas são boas. Por conseguinte, todas merecem ser amadas. Entretanto, há coisas que são amadas por si mesmas e coisas que o são em vista a alcançar algo melhor. Em outras palavras, o que deve ser amado por si mesmo é o Sumo Bem, é o objeto mesmo da fruição; o que é amado em vista a alcançar esse sumo bem é o objeto de uso (SILVA; FIGUEIREDO, 2021, p. 458).

Por outro lado, quando o homem inflige esta “*ordo amoris*”, de modo que passa a amar mais alguma coisa/ser no lugar de Deus, ocorre então uma subversão dos valores e nasce então o amor desordenado. Em *A verdadeira religião*, o Doutor da Graça pontua que ao abandonar Deus, o amor

do homem se corrompe dirigindo-se à desordem, amando mais o que é corporal e passageiro em detrimento ao que é eterno. Em consequência, dado que o amor se assemelha com aquilo que ama, o próprio amor se torna passageiro, tendendo a abandonar o amante assim como ele abandonou o próprio amor verdadeiro, isto é, Deus: “O ser com a alma, que pelo gozo material abandona a Deus, tende ao nada e esse é o mal. [...] Devido a essa desordem é corruptível o objeto do seu amor. Desfazendo-se, ele abandona o seu amante, tal como ela também abandonou a Deus [...]” (SANTO AGOSTINHO, 2002, p. 47). Tem-se então duas espécies de amor, advindos do cumprimento ou não da “*ordo amoris*”, o amor ordenado e o amor desordenado. Nas palavras de Arendt (1929, p. 24-25), esses dois amores também podem ser chamados de cobiça (*cupiditas*) e caridade (*caritas*).

Eles constituem o tópico de especial atenção do bispo de Hipona em várias de suas obras, e são a teoria de fundamento de sua obra magna, *A cidade de Deus*. Mediante essa terminologia dos dois amores (o amor somente a si e o amor a Deus; amor social e amor privado; amor ordenado e amor desordenado), o Doutor de *Hippo* construirá seu grande edifício de uma primeira análise filosófico-teológica da história e da sociedade.

Uma vez que essa teoria agostiniana constitui o *corpus* teórico desta pesquisa, importa realizar uma análise detalhada, ainda que sumária, desta terminologia. Neste sentido, num primeiro momento expor-se-á o contexto, a motivação e o plano de *A cidade de Deus*. Em seguida, far-se-á a exposição dos dois amores e das duas cidades, isto é, o amor a si e a cidade terrestre e o amor a Deus e a cidade celeste.

2.1.3 Dois amores e duas cidades

A Cidade de Deus é uma das obras primas do Doutor de *Hippo*, considerada quase uma enciclopédia, dada a abundância de temas tratados. Não obstante, a obra trata do itinerário histórico da cidade de Roma desde suas origens aos dias até então contemporâneos, por volta de 420 da era cristã. O objetivo da obra é refutar os ataques dos pagãos aos cristãos, consternados com o saque de Roma por Alarico, rei dos godos, em 410.

Dada a crença de que Roma era a cidade eterna, o exemplo fiel de um império inabalável, tal acontecimento provocou tamanha comoção pública que o desespero reinava por toda a parte. Peter Brown (2020, p. 359) ilustra bem essa comoção pública, causada pela presença de uma preocupação de uma queda iminente da cidade de Rômulo:

Roma simbolizava a segurança de todo um estilo de vida civilizado. Para o homem culto, a história do mundo conhecido culminava, de modo natural, no Império Romano, do mesmo modo que, para um homem do século XIX, a história da civilização culminava na supremacia da Europa. Assim, o saque de Roma pelos godos foi um sinistro lembrete de que até as sociedades mais valiosas podiam morrer. “Se Roma pode perecer”, escreveu Jerônimo, “o que estará a salvo?”

Em consequência, os pagãos começaram a acusar os cristãos por serem responsáveis pela iminente ruína da Cidade Eterna. A argumentação era óbvia. Roma era devotada à proteção dos deuses mitológicos e, enquanto permaneceu nessa religião sempre obteve êxito e jamais estivera ameaçada. Agora que aderira ao cristianismo, abandonando sua religião, atraía a ira dos deuses.

Contra essas acusações, Agostinho reage através de sua obra *De civitate Dei*, argumentando que o desmoronamento de Roma advém, não de um abandono de um grupo de deuses fictícios, criados pelo homem. Na verdade, a ruína de Roma advém da corrupção da moral de seus cidadãos, pela depravação e a desordem de seus amores. O título da obra reflete significativamente a tese central de Agostinho, mediante a qual ele influenciará toda a pesquisa filosófico-histórica e até mesmo a literatura de toda a Idade Média, e que perdura ainda atualmente em alguns campos de pesquisa.

Partindo da sua teoria do amor, segundo a qual, o homem é aquilo que ele ama e, portanto, somente o amor explica as motivações mais íntimas do homem quando realiza algum ato por sua vontade, Agostinho reconduz a história da humanidade a duas grandes sociedades ou cidades, fundadas ou estruturadas sob dois amores: o amor somente a si mesmo construiu a cidade terrena, e o amor a Deus que, por consequência, inclui o reto amor a si e ao próximo, construiu a cidade de Deus.

A raiz da divisão da humanidade nestas duas cidades reside na ideia já apresentada da “*ordo amoris*”. Se o homem se identifica com seu amor e, se uma cidade ou sociedade nada mais é que um grupo de homens reunidos em torno de um mesmo amor, então a cidade se assemelha e se assimila ao objeto do seu amor. E, como segundo a teoria da ordem do amor, não existem senão duas espécies de amor, consequentemente a humanidade está também estruturada em duas sociedades apenas. Já em seu *Comentário Literal ao Gênesis*, Santo Agostinho disserta sobre esses dois amores e essas duas cidades:

Com efeito, toda privação implica diminuição. Daí que a soberba quer destacar-se, daí é empurrada para a angústia e a indignação, quando se volta do comum para o próprio pelo amor funesto de si mesmo. [...], Portanto, o amor perverso de si mesmo priva da santa companhia o espírito inflado, e a miséria coarcta aquele que já deseja saciar-se

mediante a iniquidade. Daí que, depois de ter dito em outra passagem: os homens serão amantes de si mesmos, acrescentou em seguida: amantes do dinheiro, descendo da avareza geral, da qual a soberba é o princípio, para esta especial que é própria dos homens. Pois os homens não seriam mais excelentes quanto mais ricos. Caridade, contrária a esta enfermidade, não procura seu próprio interesse, ou seja, alegra-se pela excelência não a própria e, portanto, com razão, também não se incha de orgulho. Estes dois amores, dos quais um é santo, o outro impuro, um social, o outro privado, um que olha para o bem da utilidade comum em ordem à companhia celestial, o outro, que submete o comum a seu poder por causa da dominação arrogante, um, sujeito a Deus, o outro, rival de Deus, um, tranquilo, o outro, turbulento, um, pacífico, o outro, rebelde, um que prefere a verdade às louvaminhas dos que erram, o outro, ávido de louvor de qualquer maneira, um amigável, o outro, invejoso, um que quer para o próximo o que quer para si, o outro, que quer submeter o próximo a si, um que governa o próximo para a utilidade do próximo, o outro, para a sua utilidade; estes amores existiram antes entre os anjos: um nos bons, o outro nos maus; e separam as duas cidades fundadas no gênero humano sob a admirável e inefável Providência de Deus que administra e ordena todas as coisas criadas, uma dos justos, a outra dos pecadores (SANTO AGOSTINHO, 2005, p. 401-402).

Neste trecho, o Filósofo de Hipona destaca pormenorizadamente as qualidades dos dois amores que ele resumirá a duas em *A cidade de Deus*. Entretanto, no texto acima patenteiam-se dois termos caros ao Doutor da Graça, já aludidos anteriormente e que são de natureza peculiar para a compreensão do amor agostiniano. Com efeito, uma análise comparativa entre os dois textos, isto é, o do *Comentário ao Gênesis* e o da *Cidade de Deus*, que será apresentado mais tarde, permite ao leitor perceber as duas atitudes fundamentais que diferencia um amor do outro. Com efeito, viu-se acima, como à primeira vista os textos agostinianos parecem opor o amor a si mesmo e o amor a Deus como inteiramente incompatíveis. Entretanto, apontou-se que para Santo Agostinho, amar a Deus equivale a amar a si mesmo, de modo que somente amando a Deus o sujeito ama-se a si mesmo e ao próximo autenticamente.

A resposta a essa aporia reside no binômio do amor social e do amor privado, chave de interpretação para as antíteses dos dois amores e das duas cidades. Nesse quesito, são significativas as palavras de Trapè (2018, p. 358) quando, à pergunta “como há oposição entre o amor a si e o amor a Deus, se é verdade que só o amor a Deus é autêntico amor a si”, responde que

Esta radical oposição é compreensível somente se se pensa que o amor social quer dizer, para Agostinho, o amor ao bem comum, enquanto o amor privado significa o amor ao bem próprio, isto é, um bem possuído ou desejado com exclusão dos outros. Por isso, aquele une, este divide; e, dividindo, gera o orgulho, a avareza, a cobiça, que são a raiz de todos os males. Chama-se privado porque se fecha em si e *priva* quem o possui da comunhão, que é a autêntica riqueza; priva de Deus e dos outros homens. O pecado é amor de parte, facção, privação. [...] Portanto, amor social quer dizer amor a Deus e amor a si e aos outros, mas em Deus, que é o bem comum de todos. Amor privado, ao contrário, quer dizer um amor a si que entra em colisão, precisamente porque privado, com o amor devido a Deus e aos homens, e constitui uma desordem (TRAPÈ, 2018, p. 358-359).

Assim, do binômio social e privado emerge a explicação para a oposição agostiniana entre o amor a si e o amor ao outro. O leitor poderá observar que toda a análise da narrativa de *Corpos e Almas* terá como farol esses dois conceitos. Com efeito, uma vez que Deus é o Ser do qual todos se originam e, igualmente, o Sumo Bem que por todos deve ser buscado, ele é a própria representação do amor social, em outras palavras, ele é pessoal e substancialmente a própria Caridade.

Portanto, ele não pode ser objeto de uma posse individual e egoísta. Por isso mesmo, amá-lo é amar o próximo e, de outro ângulo, amar o próximo é também amar a Deus, já que para amar os outros é preciso que os amemos com o amor social e esse amor é também a manifestação e o próprio Deus. E nesta linha insere-se o conceito de verdade, tão caro a Agostinho e sempre tão presente em seu sistema filosófico.

Dado que para Agostinho, Deus é a própria Verdade e, amando o próximo o homem está amando a Deus, então o amor ao outro é a própria via de acesso à Verdade ontológica, dado que ela não é outra coisa, senão o próprio Deus. Com efeito, no trecho acima citado do *Comentário Literal ao Gênesis* a respeito dos dois amores, lemos que o amor ordenado prefere a verdade à mentira.

Assim, em conclusão a esta síntese teórica, pode-se apontar com Agostino Trapè (2018, p. 357) que “com visão grandiosa, Agostinho reconduz a história do mundo a duas cidades; as duas cidades, a dois homens; os dois homens, a dois amores, os dois amores [...] a duas atitudes diversas, antes opostas, livremente assumidas, perante a mesma realidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O amor sempre foi uma temática de destaque, não apenas nos discursos literários, mas, sobretudo nos trabalhos dos filósofos, perpassando a geração da Grécia até os dias contemporâneos. Nesta perspectiva, observou-se que, uma teoria filosófica do amor se mostra de grande contribuição para análise de uma obra literária. Decerto, os estudos literários, por si só, trazem postulados advindos de categorias filosóficas. Não obstante, embora haja diversas categorias filosóficas do amor, desde o ideal platônico, transcorrendo a era cristã até as perspectivas contemporâneas, optou-se neste trabalho, pela utilização estrita da teoria agostiniana do amor.

Assim, após o estudo das conjeturas agostinianas, em que se observou ser o amor o motor íntimo da vontade do homem, a inquietação do coração que o estimula a buscar o descanso/repouso no objeto amado, chegou-se à conclusão que o amor é o critério de classificação/valoração dos atos humanos, dado ser ele o fator motivacional de todos os atos da vontade. Uma vez que o homem é sua própria vontade, também se diz, então, que o homem é aquilo que ele ama, visto que o amor produz a assimilação entre o sujeito amante e o amado. O homem será, pois, tal qual for seu amor. Ser justo ou injusto, verdadeiro ou falso, advém do amor que reina no coração do sujeito e, tal classificação advém do seguimento ou não da “*ordo amoris*”.

Do indivíduo, esse princípio passa à sociedade e, como segundo a ordem do amor, existem apenas duas espécies de amor, ou seja, o amor ordenado e o desordenado, então toda a humanidade divide-se em duas grandes cidades: a cidade terrestre, fundada sobre o amor egoísta e autossuficiente, e a cidade celeste, erigida sobre o amor caridade. Esse amor é vínculo de união entre o homem e Deus, pois amar a Deus equivale a amar a si próprio e ao próximo. Doutra perspectiva, amar o próximo é também amar a Deus, pois quando se ama o próximo, subtende-se que há o amor, e onde ele está também está Deus, pois Deus é amor. Por seu turno, também se ama a própria Verdade, pois Deus é a Verdade ontológica para Santo Agostinho.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Santo. **A cidade de Deus**: Contra os pagãos, parte II. Tradução de Oscar Paes Leme. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

AGOSTINHO, Santo. **A doutrina cristã**. São Paulo: Paulus, 2002.

AGOSTINHO, Santo. **A Trindade**. Tradução de Augustinhu Belmonte. São Paulo: Paulus, 1995.

AGOSTINHO, Santo. **A verdadeira religião**. Tradução de Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 2002.

AGOSTINHO, Santo. **Comentário ao Evangelho de São João (tomo I)**. Tradução de José Augusto Rodrigues Amado. São Paulo: Cultor de Livros, 2017.

AGOSTINHO, Santo. **Comentário ao Evangelho de São João (tomo III)**. Tradução de José Augusto Rodrigues Amado. São Paulo: Cultor de Livros, 2017.

AGOSTINHO, Santo. Comentário literal ao Gênesis. *In*: AGOSTINHO, S. **Comentário ao Gênesis**. Tradução de Augustinhu Belmonte. São Paulo: Paulus, 2005.p. 15-498.

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Tradução de J. Oliveira e A. Ambrósio de Pina. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

AGOSTINHO, Santo. O Espírito e a letra. *In*: **A Graça (I)**. Tradução de Augustinhu Belmonte. São Paulo: Paulus, 1998.

ARENDT, Hannah. **O conceito de amor em Santo Agostinho**: ensaio de interpretação filosófica. Tradução de Alberto Pereira Dinis. Lisboa: Instituto Piaget, 1929

BROWN, Peter. **Santo Agostinho**: Uma biografia. Tradução de Vera Ribeiro. 12 ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

GILSON, Étienne. **Introdução ao estudo de Santo Agostinho**. Tradução de Cristiane Negreiros Abbud Ayoub. 2 ed. São Paulo: Paulus, 2010.

OLIVEIRA, G. R; DIAS, J. **Dilectio**: da antiguidade a Santo Agostinho (354-430). Toledo, PR: Vivens, 2018.

OLIVEIRA, A. N. Notas complementares. *In* AGOSTINHO, S. **A Trindade**. Tradução de Augustinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 1995.

SILVA, Francisco Romário de Queiroz; FIGUEIREDO, Francisco Clébio. C. A noção de amor e suas implicações no pensamento agostiniano. *In*: **Revista Problemata**, João Pessoa, v.12 n. 1 (2021). Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/problemata/article/view/57353/34035>. Acesso em: 03 set.2021.

SILVA, Francisco Romário de Queiroz; FIGUEIREDO, Francisco Clebio. O amor como fundamento ontológico da ordem em Santo Agostinho. *In*: **Revista Ideação**, v. 1, n.43, p. 448-461, 2021. Disponível em: <<http://periodicos.uefs.br/index.php/revistaideacao/article/view/6225/5893>> Acesso em: 21 de junho de 2021.

SCHONARTH, Luana Grasiela; GAI, Eunice Terezinha Piazza. A temática do amor e os caminhos literários. In **Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo**, Dossiê n. 14, p.164-172, 2015. Disponível em: <LiteraturaeAutoritarismo(ufsm.br)>. Acesso em 03 de setembro de 2021.

TRAPÈ, Agostino. **Agostinho**: o homem, o pastor, o místico. Tradução de Francisco Evaristo Marcos e Marcos Roberto Nunes Costa. São Paulo: Cultor de Livros, 2018.

Autores:

Marcio de Lima Pacheco

PósDoutorado em Letras, Linguística e Discurso pela Universidade Estadual do Rio G. do Norte, UERN / Doutor em Filosofia/Metafísica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUCSP. Professor e tradutor: Latim, Grego e Hebraico. Trabalha com as disciplinas em Doutorado e Mestrado: Filosofia da Linguagem, Tópicos da Filosofia Moderna e Medievais.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3902-2680>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3757823723460546>

E mail: doutorpachecus@gmail.com

Francisco Romário de Queiroz Silva

Mestrando em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia (PPGFIL) da Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0119241012293777>.